

# OLHARES PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: EM BUSCA DA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

<http://dx.doi.org/10.5902/2176217114603>

Juliana da Rosa Ribas

*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.*

Helenise Sangoi Antunes

*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.*

## Resumo

Este texto traz uma abordagem do processo de construção de um projeto político-pedagógico para escola do campo. Compreende-se que é cada vez mais urgente a educação do campo incluir em seu projeto pedagógico uma reflexão cuidadosa e mais aprofundada sobre como acontecem, no cotidiano da escola, os processos de socialização, sua relação com a conservação e a criação de culturas, fazendo também a reflexão específica sobre que traços de socialização são importantes na formação dos sujeitos do campo hoje, buscando valorizar as particularidades e especificidades que são características do seu entorno.

Palavras-chave: projeto político-pedagógico, educação do campo, escola do campo.

## LOOKS FOR RURAL EDUCATION: IN SEARCH OF THE CONSTRUCTION OF POLITICAL PEDAGOGICAL PROJECT

## Abstract

This paper presents an approach of building a political-pedagogical project for school field is understood that it is increasingly urgent to Field Education include in its pedagogical project a careful and deep reflection about happen daily at school process , socialization processes, their relationship to the preservation and creation of cultures, also making specific reflection on what traits of socialization are important in forming the subject of the field today, always seeking to enhance the particularities and specificities that are hallmarks of your surroundings.

Key-words: political-pedagogical project, rural education, field school.

A educação do campo é construída a partir das demandas e das experiências dos sujeitos que vivem no campo. Ela questiona a ausência de políticas educacionais para os povos do campo, o modelo de uma educação empobrecida, inferiorizada, destituída dos saberes do trabalho, da cultura e do contexto do campo.

Pensar a educação do campo dentro de uma política educacional implica reconhecer a identidade da escola do campo. Nas diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo (2002), esta identidade é definida a partir dos sujeitos do campo, do modo como estes organizam seu cotidiano, dos saberes e da cultura que produzem enquanto transformam a terra e o próprio contexto onde estão inseridos, bem como dos conhecimentos e da cultura historicamente acumulados, produzidos na relação dialética entre o campo e a cidade, no modo de trabalho e organização da sociedade.

A escola é compreendida como um direito e como um dos espaços educativos em que mulheres e homens se educam. Para Arroyo (1999), a ela cabe conhecer e interpretar os processos educativos que acontecem fora dela, tomando por referência os saberes acumulados pelas experiências vividas pelos povos do campo nos movimentos sociais, nas lutas, no trabalho, na produção, na família, na vivência cotidiana, para organizar este conhecimento e socializar o saber e a cultura historicamente produzidos, viabilizando os instrumentos técnico-científicos para interpretar e intervir na realidade, na produção e na sociedade. Assim, a escola precisa possibilitar que os sujeitos do campo compreendam a realidade em que estão inseridos no seu movimento histórico, nas suas contradições e em relação ao contexto mais amplo, tanto no que se refere à articulação campo-cidade quanto ao processo de desenvolvimento, de globalização, de lutas sociais.

Para que a escola do campo possa ter sua identidade reconhecida e assumida no trabalho pedagógico escolar, coloca-se como fundamental reestruturar os currículos e a formação de professores. Fazendo uma análise no currículo escolar revela-se que o trabalho, a cultura e os saberes do campo geralmente são tratados de forma pejorativa, ultrapassada, inferiorizada ou, ainda, estão ausentes no processo pedagógico. O modelo de currículo historicamente adotado busca impor para o campo a cultura urbana e os saberes produzidos nestes espaços como modelo. É neste sentido que a educação do campo, por advir a partir de uma luta dos camponeses, os traz como sujeitos de políticas e não meros consumidores de ações educativas, de modo que suas experiências, seu contexto, sua cultura, seus conhecimentos e suas demandas sejam tomados como referências para a formulação de políticas públicas.

O projeto político-pedagógico traduz a concepção e a forma de organização do trabalho pedagógico da escola com vistas ao cumprimento de suas finalidades. As finalidades têm caráter social, implicando na explicitação o tipo de sujeito que se deseja formar, por isso, esse projeto vincula-se a um projeto histórico de sociedade (Freitas, 1995), ou seja, tem relação com a sociedade que se deseja construir, transformar.

O projeto político-pedagógico constitui-se em instrumento de ação político-pedagógica, na medida em que possibilita a manifestação dos desejos e aspirações da comunidade em termos da educação das crianças e jovens e norteia todo o processo educativo desencadeado pela escola. Nesse sentido, não pode ser visto apenas como produto ou resultado de um trabalho de definição de finalidades e linhas de ação. O

projeto político-pedagógico é “processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade” (Veiga, 2002, p. 13) e assenta-se numa dimensão de globalidade e totalidade da educação.

O projeto político-pedagógico não se resume no documento escrito que formaliza as concepções, objetivos, conteúdos, metodologia de trabalho e sistemática de avaliação de uma escola. Ele é exercício de construção permanente que acompanha e é acompanhado pela prática pedagógica, cotidianamente se fazendo e refazendo. Daí a necessidade de coesão e clareza política, condições nem sempre fáceis de serem obtidas num espaço que congrega sujeitos com as mais diferentes experiências de vida, concepções de educação e expectativas. Contudo, é de fundamental importância a constituição do coletivo escolar, uma vez que projeto político pedagógico refere-se sempre a um coletivo, sendo inconcebível sem ele; jamais pode ser fruto de desejos e aspirações individuais.

Machado (2003) aponta que o trabalho pedagógico é o modo de organização que a escola assume na tarefa de pensar e produzir as relações de saber entre sujeitos e o mundo concreto, o mundo do trabalho socialmente produtivo. O trabalho pedagógico é norteado por um conjunto de princípios filosóficos, políticos e epistemológicos definidores das normas e ações escolares e se apresenta como condição de sustentação das relações estabelecidas entre os sujeitos que integram o universo escolar. Pensar a organização do trabalho pedagógico implica pensar o que será trabalhado - conteúdos, como - metodologia - e para que - finalidades. Em se tratando das escolas do campo é preciso ter um olhar atento e cuidadoso para o contexto em que estão inseridos, valorizando suas particularidades e singularidades, que são características do seu entorno, bem como levar em conta o diagnóstico da realidade sócio-político-econômica da localidade em que está inserida a escola.

A educação do campo nasceu colada ao trabalho e à cultura do campo e não pode perder isso em seu projeto pedagógico. O trabalho forma e produz o ser humano: a educação do campo precisa recuperar uma tradição pedagógica de valorização do trabalho como princípio educativo, do vínculo entre educação e processos produtivos e de discussão sobre as diferentes dimensões e métodos de formação do trabalhador, de educação profissional, cotejando esse acúmulo de teorias e de práticas com a experiência específica de trabalho e de educação dos camponeses. O projeto da educação do campo precisa estar atento para os processos produtivos que conformam o ser trabalhador do campo e participar do debate sobre as alternativas de trabalho e opções de projetos de desenvolvimento locais e regionais que possam devolver dignidade para as famílias e as comunidades camponesas. Isso significa pensar a pedagogia sob um ponto de vista mais amplo, como processo de humanização-desumanização dos sujeitos, e pensar como estes processos podem e devem ser trabalhados nos diferentes espaços educativos do campo.

A cultura também forma o ser humano e dá as referências para o modo de educá-lo. São os processos culturais que garantem a própria ação educativa do trabalho, das relações sociais, das lutas sociais: a educação do campo precisa recuperar a tradição pedagógica que nos ajuda a pensar a cultura como matriz formadora e que nos ensina que a educação é uma dimensão da cultura, como uma dimensão do processo histórico, e

que processos pedagógicos são constituídos desde uma cultura e participam de sua reprodução e transformação simultaneamente.

Quando dizemos que os movimentos sociais são educativos é exatamente compreendendo que estão provocando processos sociais que, ao mesmo tempo, reproduzem e transformam a cultura camponesa, ajudando a conformar um novo jeito de ser humano, um novo modo de vida no campo, uma nova compreensão da história. A educação do campo precisa ser a expressão e o movimento da cultura camponesa transformada pelas lutas sociais do nosso tempo.

Pensar a educação vinculada à cultura significa construir uma visão de educação em uma perspectiva de longa duração, ou seja, pensando em termos de formação das gerações. E isto tem a ver, especialmente, com a educação de valores. A educação do campo, além de se preocupar com o cultivo da identidade cultural camponesa, precisa recuperar os veios da educação dos grandes valores humanos e sociais: emancipação, justiça, igualdade, liberdade, respeito à diversidade, bem como reconstruir nas novas gerações o valor da utopia e do engajamento pessoal a causas coletivas e humanas. O vínculo com as matrizes formadoras do trabalho e da cultura nos remete a pensar em outro traço muito importante para a educação do campo: sua dimensão de projeto coletivo e de concepção mais ampliada do que sejam relações pedagógicas. O trabalho e a cultura são produções e expressões necessariamente coletivas e não individuais. Raiz cultural, que inclui o vínculo com determinados tipos de processos produtivos, significa pertença a um grupo, identificação coletiva. As relações interpessoais são inerentes à concretização do ato educativo, mas se trata de pensá-las não como relação indivíduo-indivíduo para formar indivíduos, mas sim como relações entre pessoas culturalmente enraizadas para formar pessoas que se constituem como sujeitos humanos e sociais.

A educação do campo também se identifica pela valorização da tarefa específica dos educadores. Sabemos que em muitos lugares eles têm sido sujeitos importantes da resistência social no campo, especialmente nas escolas, e que têm estado à frente de muitas lutas pelo direito à educação. A educação do campo têm construído um conceito mais alargado de educador. Compreende-se que educadora é aquela pessoa cujo trabalho principal é o de fazer e o de pensar a formação humana, seja ela na escola, na família, na comunidade, no movimento social, seja educando as crianças, os jovens, os adultos ou os idosos. Nesta perspectiva, todos somos de alguma forma educadores, mas isto não tira a especificidade desta tarefa: nem todos temos como trabalho principal educar pessoas e conhecer a complexidade dos processos de aprendizagem e de desenvolvimento do ser humano, em suas diferentes gerações.

Para Caldart (2002), construir a educação do campo significa formar educadores para atuação em diferentes espaços educativos. Na medida em que se defende uma formação específica é porque se entende que boa parte deste ideário que se está construindo é algo novo em nossa própria cultura. Há uma nova identidade de educador a ser cultivada, ao mesmo tempo em que há uma tradição pedagógica e um acúmulo de conhecimentos sobre a arte de educar que precisam ser recuperados e trabalhados desde esta intencionalidade educativa da educação do campo. Por isso, ao pensar no projeto político e pedagógico da educação do campo deve-se incluir uma reflexão sobre qual perfil do profissional de educação precisamos e sobre como se faz esta formação. Faz se necessário pensar sobre como os educadores têm se formado nos próprios

processos de construção da educação do campo e como isso pode ser potencializado pedagogicamente em programas e políticas de formação específicas.

A educação do campo não cabe em uma escola, mas a luta pela escola. A escola terá tanto mais lugar no projeto político e pedagógico da educação do campo se não se fechar nela mesma, vinculando-se com outros espaços educativos, com outras políticas de desenvolvimento do campo, e com a própria dinâmica social em que estão envolvidos os seus sujeitos.

Compreender o lugar da escola na educação do campo é ter claro que ser humano ela precisa ajudar a formar e como pode contribuir com a formação dos novos sujeitos sociais que se constituem no campo. A escola precisa cumprir a sua vocação universal de ajudar no processo de humanização, com as tarefas específicas que pode assumir nesta perspectiva. Ao mesmo tempo é chamada a estar atenta à particularidade dos processos sociais do seu tempo histórico e ajudar na formação das novas gerações de trabalhadores e de militantes sociais.

Não se trata de propor algum modelo pedagógico para as escolas do campo, mas de construir coletivamente referências para processos pedagógicos a serem desenvolvidos pela escola, que lhe permitam serem obra e identidade dos sujeitos que ajuda a formar, com traços que a identifiquem com o projeto político e pedagógico da educação do campo.

Para construir referências comuns às escolas vinculadas a este projeto de educação do campo, precisa-se antes pensar em alguns aspectos principais do que é o trabalho específico da escola ou quais as funções sociais que assume ou deve assumir, já dialogando com a intencionalidade política e pedagógica do projeto da educação do campo. E pensar ainda em aspectos ou tarefas gerais, que depois precisam ser desdobradas e pensadas pedagogicamente a partir dos diferentes sujeitos que estão em cada escola específica, bem como levar em conta as diferenças de cada ciclo da vida, de cada modalidade de escola.

A escola precisa ser vista como um espaço de socialização. A escola costuma ser um dos primeiros lugares em que a criança experimenta, de modo sistemático, relações sociais mais amplas das que vive em família e de uma intencionalidade política e pedagógica nesta dimensão pode depender muitos dos traços de seu caráter, muitos dos valores que venha a assumir.

Na escola sempre há socialização porque sempre há relações sociais. Mas nem sempre isto integra o projeto pedagógico e a intencionalidade do trabalho dos educadores. Neste aspecto é preciso ter presente que o principal componente curricular da escola é que a experiência cultural de escola é pedagogicamente muito mais significativa do que a tematização da socialização ou apenas a tentativa de transformar determinadas relações sociais em conteúdo discursivo de sala de aula.

A escola socializa a partir das práticas que desenvolve, pelo tipo de organização do trabalho pedagógico que seus sujeitos vivenciam, pelas formas de participação que constituem seu cotidiano. São as ações que revelam as referências culturais das pessoas e é trazendo à tona estas referências que elas podem ser coletivamente recriadas e reproduzidas.

A educação do campo precisa incluir em seu projeto pedagógico uma reflexão cuidadosa e mais aprofundada sobre como acontecem no cotidiano da escola, os

processos de socialização, sua relação com a conservação e a criação de culturas, fazendo também a reflexão específica sobre que traços de socialização são importantes na formação dos sujeitos do campo hoje.

Ela também precisa instigar a construção de uma visão de mundo. Muitas vezes a escola trabalha conteúdos fragmentados, idéias soltas, sem relação entre si ou com a vida concreta. São muitos estudos e atividades sem sentido, fora de uma abordagem mais ampla, que deveria ser exatamente a de um projeto de formação humana. Para que a escola cumpra esta tarefa é necessário que a escolha dos conteúdos de estudo e a seleção de aprendizados a serem trabalhados em cada momento não seja aleatória, mas feita dentro de uma estratégia mais ampla de formação humana, bem como se busque coerência entre teoria e prática, entre o que se estuda e o ambiente cultural da escola.

Na educação do campo é preciso refletir sobre como se ajuda a construir, desde a infância, uma visão de mundo crítica e histórica, como se aprende e como se ensina nas diferentes fases da vida a olhar para a realidade enxergando seu movimento, sua historicidade e as relações que existem entre uma coisa e outra, como se aprende e como se ensina a tomar posição diante das questões do seu tempo, como se aprendem e como se ensinam utopias sociais e como se educam valores humanistas, como se educa o pensar por conta própria e o dizer a sua palavra e como se respeita uma organização coletiva.

Ela precisa não deixar desflorar o cultivo de identidades. Esta também é uma das funções da escola: trabalhar com os processos de percepção e de formação de identidades, no duplo sentido de ajudar a construir a visão que a pessoa tem de si mesma - autoconsciência de quem é e com o que ou com quem se identifica -, e de trabalhar os vínculos das pessoas com identidades coletivas, sociais: identidade de camponês, de trabalhador, de membro de uma comunidade, de participante de um movimento social, identidade de gênero, de cultura, de povo, de Nação.

Compreende-se que este é um aprendizado humano essencial: olhar no espelho do que somos e queremos ser, assumir identidades pessoais e sociais, ter orgulho delas, ao mesmo tempo em que se desafia no movimento de sua permanente construção e reconstrução. Educar é ajudar a construir e a fortalecer identidades, desenhar rostos, formar sujeitos. E isto tem a ver com valores, modo de vida, memória, cultura. As identidades se formam nos processos sociais. O papel da escola será tanto mais significativo se ela estiver em sintonia com os processos sociais vivenciados pelos seus educandos e educadores, e se ela mesma consegue constituir um processo social - cumprindo a tarefa da socialização de que tratamos antes - capaz de ajudar a construir e fortalecer identidades.

Pensando desde a intencionalidade política e pedagógica da educação do campo, a escola deveria trabalhar com mais ênfase para ajudar no cultivo de identidades aguçando a auto-estima, memória e resistência cultural. A escola tem um papel que não pode ser subestimado na formação da auto-estima de seus educandos e também de seus educadores. E isto é muito importante para a educação do campo, já que em muitas comunidades camponesas existe um traço cultural de baixa auto-estima acentuado, fruto de processos de dominação e alienação cultural muito fortes, e que precisa ser superado em uma formação emancipatória dos sujeitos do campo.

Para que a escola assuma a tarefa de fortalecer a auto-estima dos seus educandos, além de todo um trabalho ligado à memória, à cultura, aos valores do grupo, é preciso pensar na postura dos educadores e na transformação das didáticas ou do jeito de conduzir as atividades escolares. A escola precisa ajudar a enraizar as pessoas em sua cultura, que pode ser transformada, recriada a partir da interação com outras culturas, mas que precisa ser conservada, porque não é possível fazer formação humana sem trabalhar com raízes e vínculos. Isto quer dizer que a escola precisa trabalhar com a memória do grupo e com suas raízes culturais e isto quer dizer também que se deve ter uma intencionalidade específica na resistência à imposição de padrões culturais alienígenas e no combate à dominação cultural.

Ou seja, a escola pode ajudar os educandos a perderem a vergonha de ser da roça, a aprender a ser camponês, e a ser de movimento social, a aprender a valorizar a história dos seus antepassados, tendo uma visão crítica sobre ela, e a aprender do passado para saber projetar o futuro pela contação de histórias que tenham a memória do grupo como referência, assim como trabalhar com que expressem a cultura camponesa e a coloquem em diálogo com outras culturas.

### **Considerações finais**

A educação do campo precisa aprofundar a reflexão sobre como a escola pode ajudar a cultivar utopias, respeitando a cultura camponesa e a própria fase da vida em que se encontram os diferentes educandos. É preciso refletir permanentemente sobre a intencionalidade educativa da escola nesta perspectiva e olhar para os detalhes do seu ambiente educativo e trabalhar com diferentes saberes à qual cabe uma aproximação crítica, nem tanto para tentar trazer estes saberes para o seu interior, o que nem sempre é possível sem trair sua natureza, mas para provocar a inserção dos educandos em processos sociais capazes de produzi-los.

Ao mesmo tempo, cabe à escola ajudar na reflexão coletiva sobre esses saberes, relacionando-os entre si e potencializando-os nos processos de socialização dos educandos, de construção de sua visão de mundo e de suas identidades, enfim, em seu processo mais amplo de humanização ou de formação humana.

Entende-se que a educação do campo deve incluir em seu debate político e pedagógico a questão de que saberes são mais necessários aos sujeitos do campo e podem contribuir na preservação e na transformação de processos culturais, de relações de trabalho, de relações de gênero, de relações entre gerações no campo e de que saberes podem ajudar a construir novas relações entre campo e cidade. É necessário discutir sobre como e onde estão sendo produzidos esses diferentes saberes, qual a tarefa específica da escola em relação a cada um deles e, também, que saberes especificamente escolares podem ajudar na sua produção e apropriação cultural.

Esta é uma reflexão que deve continuar. A educação do campo precisa aprofundar sua reflexão sobre que formato de escola é capaz de dar conta destas tarefas indicadas e, especialmente, dedicar-se ao estudo de didáticas e metodologias que traduzam esta concepção de escola e projeto político e pedagógico em cotidiano escolar.

## Referências

- ARROYO, Miguel; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Por uma educação básica do campo: a educação básica e o movimento social no campo*. Caderno 2. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 1999.
- Brasil. 2004. Texto. *Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo*. - Resolução CNE/ CEB nº1, de 3 de abril de 2002.
- CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: *Por uma educação do campo: identidade e políticas públicas*. Caderno 4. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002, p. 25-36.
- FREITAS, Luiz C. *Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática*. Campinas: Papyrus, 1995.
- MACHADO, Ilma F. *A organização do trabalho pedagógico em uma escola do MST e a perspectiva de formação omnilateral*. Campinas: Unicamp, 2003. 325f. Tese (doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papyrus, 2002.

*Juliana da Rosa Ribas* é pedagoga pela Universidade Federal de Santa Maria e estudante do curso de especialização em Gestão Educacional.

Endereço: Avenida Roraima, 1000, CEU III/5334 - 97105-000 - Santa Maria - RS - Brasil.

E-mail: [julianaribped@yahoo.com.br](mailto:julianaribped@yahoo.com.br)

*Helenise Sangoi Antunes* é professora adjunta na Universidade Federal de Santa Maria.

Endereço: Avenida Nossa Senhora das Dores, 740 - 97050-530 Santa Maria - RS - Brasil.

E-mail: [professora@helenise.com.br](mailto:professora@helenise.com.br)

Recebido em 19 de maio de 2014.

Aceito em 22 de junho de 2014.